



## ORGANIZAR A LUTA CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO



O Presidente Bolsonaro publicou, no dia 13/04, no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO o DECRETO Nº 10.674, que inclui oficialmente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT no Plano Nacional de Desestatização-PND. Em continuidade, no dia 19/4 foi protocolado um requerimento de urgência do Deputado Federal Hugo Mota (PRB-PB) ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para a apreciação do PL 591/2021, que autoriza a privatização dos Correios.

Em meio à tragédia da pandemia, o Governo avança com sua política nefasta de desmonte do Estado brasileiro e de entrega do patrimônio do povo nas mãos da iniciativa privada. A privatização vai precarizar o serviço postal do País e afetar toda a população brasileira.

No dia 16 de abril, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), divulgou um resumo da primeira fase dos estudos para a desestatização do setor postal brasileiro, iniciados em agosto de 2020, concluindo que a alternativa é desestatização da empresa. É necessário reforçar que o Consórcio Postar, formado por consultorias privadas, sob a coordenação do BNDES e com a supervisão do Comitê

Interministerial, formado por membros dos Ministérios da Economia e da própria ECT, seguem os interesses do mercado e não da população.

Empresas privadas concorrentes atendem apenas onde obtêm lucros e, mesmo existindo há décadas no Brasil, estão presentes em poucos municípios. A Fedex, por exemplo fala de amplo atendimento, mas esconde que utiliza a rede de distribuição da ECT e tem apenas 285 pontos de operação. A DHL, no Brasil desde 1978, tem centrais em apenas 6 municípios. Ou seja, mais de 90% do povo brasileiro não terá acesso aos serviços postais, garantidos pela Constituição, caso ocorra a privatização. No serviço de encomendas, que não é monopólio estatal, as concorrentes têm um serviço com tarifas de 40% a 200% mais caras que a dos Correios.

Os Correios são a única empresa com capacidade de atender aos mais de 5.500 municípios do Brasil. São 15 mil unidades próprias, entre agências, centros de distribuição, tratamento e logística, que contam com aproximadamente 99 mil empregados, desses 55,6 mil carteiros. Ao contrário do que dizem os defensores da privatização, a empresa pública lucrou entre os anos de 2017 a 2019 de mais de 930 milhões, e a previsão é de que no ano de 2020 o lucro tenha sido superior a 1,5 Bilhão.

Os trabalhadores dos Correios devem reagir a este ataque com uma imensa mobilização e convocar outras categorias que estão na mira das privatizações e da destruição dos seus direitos, para se levantar e travar uma luta unificada.

A LPS – Luta pelo Socialismo - conclama toda a categoria nacional, as centrais sindicais, partidos de esquerda, movimentos sociais, movimentos estudantis, trabalhadores de todas as categorias estatais e privadas e demais organizações de luta para construirmos uma FRENTE ÚNICA DAS FORÇAS DE ESQUERDA e colocar abaixo a política de desmonte do Estado brasileiro.

**A PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS É O ATAQUE PARA  
ABRIR A PORTEIRA DAS DEMAIS PRIVATIZAÇÕES!  
FORA BOLSONARO E TODO O SEU GOVERNO!**



## CONGRESSO NACIONAL QUER AUMENTAR A CONTAMINAÇÃO DA COVID 19 COM VOLTA ÀS AULAS



O Congresso Nacional aprovou, no dia 13 de abril, o regime de urgência para a apreciação do Projeto de Lei

5595/2020 que torna a Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, em serviço e atividade essencial.

A medida é uma forma de pressionar o retorno às aulas presenciais e impedir que Sindicatos consigam, na justiça, barrar essa atrocidade, que é abrir escolas sem nenhuma condição de segurança, no pior momento da crise sanitária no País.

Sem acelerar a vacinação de profissionais da educação e estudantes, os parlamentares se somam à política genocida do governo federal, para atender as demandas dos empresários da educação privada, mesmo que isso venha custar muitas mortes. NÃO ao PL 5595/2020. Lutar pela Vacinação é nosso papel.

## MP 1049: GOVERNO ANTECIPA REFORMA ADMINISTRATIVA E AMPLIA SEU PODER

Em 15 de abril foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória (MP) 1.042/2021 que autoriza o Poder Executivo a reorganizar, extinguir e transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

A medida, que ainda será apreciada pelo Congresso Nacional, é inconstitucional, pois esses assuntos não podem ser previstos em MP.

Trata-se, na prática, da antecipação de mudanças na Constituição Federal, previstas pela Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que aumentarão as atribuições do Presidente da República. É a volta do modelo patrimonialista, em que prevalecem as relações pessoais do servidor com o gestor que



os nomeia e não suas competências técnicas. Além disso, amplia as possibilidades de interferências e perseguições políticas nos serviços públicos.

## DIGA NÃO AO COLONIALISMO DIGITAL



O fato de o governo Bolsonaro colocar como empresas a serem privatizadas o **Serpro e Dataprev** mostra o plano de ataque deste governo às instituições públicas, ao mesmo tempo

em que vemos corporações privadas estrangeiras, as big techs, como Google, Apple, Amazon, Microsoft e Facebook, entre outras, preparadas para abocanhar estas empresas, certamente a preço de banana.

Citando Marcio Pochmann, “a marcha fúnebre atual do apagão nos dados e estatísticas públicas expressa o quanto o país está de joelhos diante do colonialismo digital, fazendo jogar para fora qualquer possibilidade de segurança nos dados pessoais e no conjunto da nação”.

Daí a necessidade de dizer não às privatizações. Organizar os trabalhadores de todas as estatais na mira da privatização para lutar juntos em defesa da soberania nacional.

## PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM LUTAM PELO PISO SALARIAL

O Brasil é o recordista mundial em mortes de profissionais da Saúde, sendo a área mais afetada a da enfermagem. A tragédia trouxe à tona a luta pelo piso salarial e jornada de 30 horas semanais que, desde 1986, quando foi regulamentada a profissão da enfermagem, têm sido exigência da categoria.

O projeto 2564/20, do senador Fabiano Contarato (REDE ES) estabelece pisos acima dos salários de fome praticados no Brasil. No entanto, grupos empresariais, donos de hospitais e de planos de saúde, fazem forte pressão para que o projeto não seja votado no Senado. Alegam risco de falência, sendo que durante a pandemia, tiveram lucros exorbitantes e modernizaram seu parque tecnológico, sem investir na melhoria salarial dos profissionais.



O lucro do setor privado está na exploração dos trabalhadores, mesmo que isso signifique suas mortes. É preciso lutar pela valorização dos profissionais da enfermagem e pela aprovação imediata do piso.